

POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

Políticas Públicas

Luiza Reis Teixeira, luizareisteixeira@gmail.com, UESC

Carine de Jesus Santos, cariny.santos@gmail.com, SESOL

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar as relações estabelecidas entre economia solidária e políticas públicas. Primeiramente, pretende-se contextualizar o surgimento da economia solidária no Brasil, assim como, as primeiras políticas públicas de economia solidária. O trabalho tenta chegar a conclusões sobre o impacto que as políticas públicas de economia solidária têm para este movimento social. Para atingir seus objetivos, busca-se, em primeiro plano, desenvolver um panorama histórico das políticas públicas de economia solidária desenvolvidas desde 2006 no estado da Bahia. Em seguida, apresenta-se o caso da Incubadora Pública Estadual de Economia Solidária, destacando-se sua forma de organização e as ações até aqui desenvolvidas. Por fim, são apontadas as conclusões e reflexões sobre a efetividade das políticas públicas e os impactos na organização do movimento.

Palavras-chave: Políticas públicas, economia solidária, incubação.

1. Introdução

Para fins oficiais a **economia solidária** é definida como uma forma de realizar a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, ou seja, na autogestão. A principal idéia da economia solidária é que a produção, a comercialização, a troca sejam realizados de forma diferenciada, com base em valores solidários e de cooperação (SIES, 2006).

Historicamente, a **economia solidária** apresenta-se em alguns países como uma alternativa econômica que favorece as camadas mais excluídas da população, que tomam a iniciativa de buscar uma fonte alternativa de trabalho. Na sociedade brasileira a economia solidária aparece, em especial, como uma alternativa de geração de renda e de inclusão social. A partir dos anos 2000, por conta de um contexto de alto desemprego no país, as experiências de economia solidária tiveram um grande crescimento quantitativo.

No país, desde 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES que passou a desenvolver uma série de políticas públicas de fomento a empreendimentos solidários, além do desenvolvimento de ações de apoio ao movimento, como a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em junho de 2006, e a criação do SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que já publicou

duas edições do Atlas da Economia Solidária no Brasil, contendo um amplo mapeamento censitário dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Além da iniciativa do governo federal no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas para a economia solidária, é possível citar iniciativas similares em gestões estaduais e municipais. Na Bahia, por exemplo, em 2006, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Emprego, Trabalho e Esportes (SETRE), que passou a desenvolver políticas públicas em três eixos: acesso a conhecimentos; acesso a serviços de finanças e de crédito; e acesso à organização da produção, ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável.

Dentro desse contexto, o trabalho tem como objetivo apresentar as relações estabelecidas entre economia solidária e políticas públicas. Pretende-se relatar a trajetória da política pública de economia solidária no estado da Bahia, a partir de uma ação desenvolvida pela SESOL. Por fim, pretende-se contribuir com o debate por meio do apontamento de potencialidades e limitações dessas ações. O principal questionamento que o trabalho tenta responder refere-se ao impacto que as políticas públicas de economia solidária têm neste movimento social. Além das ações desenvolvidas, o trabalho busca retratar o atual estágio de organização do movimento no estado.

Para atingir seus objetivos, busca-se, em primeiro plano, desenvolver um panorama histórico das políticas públicas de economia solidária desenvolvidas, desde 2006 no estado da Bahia. Em seguida, apresenta-se o caso da Incubadora Pública Estadual de Economia Solidária, destacando-se sua forma de organização e as ações até aqui desenvolvidas. Por fim, são apontadas as conclusões e reflexões sobre a efetividade das políticas públicas e os impactos na organização do movimento.

2. Economia solidária e políticas públicas

Primeiramente, é preciso situar o campo de estudo da pesquisa em questão, a economia solidária. Existem interpretações diferenciadas da economia solidária, partindo de distintas correntes econômicas, sociológicas e/ou filosóficas. Como em muitos campos da teoria social e econômica, são adotados diferentes conceitos, levando a um importante debate em torno do campo conceitual da economia solidária no Brasil e no mundo (TEIXEIRA, 2010).

Teixeira (2010) afirma que o conceito de economia solidária passa a ser discutido, sob esta denominação, a partir da década de 1980 (*apud* LECHAT, 2002), mesmo tendo sua

origem atribuída ao movimento cooperativista de *Rochdale* na Inglaterra ou às Associações de Ajuda Mútua na França no século XIX. As denominações e conceituações acerca da economia solidária são, na maioria das vezes, diferentes entre si, por partirem de realidades sociais e experiências distintas. Contudo, as características destas experiências possuem um núcleo comum: a idéia da solidariedade substituindo o individualismo competitivo característico do comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. Percebe-se, então, que, em nome desse denominador comum de natureza política e militante, há um esforço por parte dos diferentes intelectuais do campo a fim de estabelecer diálogos teóricos e metodológicos que permitam alinhar minimamente os contornos conceituais da temática. O conceito que tem sido oficialmente adotado no Brasil, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária parte de Singer (2003, p. 5), que a define enquanto:

[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (cada cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade. (SINGER: 2003, p. 5)

Teixeira (2010) considera que com a crise do Welfare State, iniciada nos anos 70, e com os efeitos provocados pelo domínio das políticas neoliberais, principalmente na década de 1990, ocorre o que pode ser considerado um ressurgimento da economia solidária. No Brasil, onde o Estado de Bem Estar Social não se desenvolveu como nos países centrais, ou nem mesmo, como em alguns países vizinhos (o caso da Argentina é o mais evidente), houve o crescimento do desemprego e a chamada reestruturação produtiva, que levaram à marginalização e exclusão de uma grande massa de trabalhadores que passaram a buscar outras formas de produzir e garantir trabalho e renda. Não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, a economia solidária surge como fruto do desemprego e da exclusão. Ou como As primeiras experiências de economia solidária surgidas no Brasil datam da década de 80, e tem como precursor o projeto intitulado PACS – Projetos Alternativos Comunitários – desenvolvido pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com objetivo de gerar trabalho e renda de forma associada para moradores pobres em zonas urbanas e rurais. Outra experiência que teve início na década de 80, mas foi fundada efetivamente em 1991, a partir da tomada da massa falida de empresas pelos trabalhadores, foi a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Ainda é possível citar o MST, que passou a promover, desde 1989, a agricultura cooperativa em seus assentamentos

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



e criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. É possível citar, ainda, a criação da rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’s, em 1999, dentro das universidades, com o objetivo de incubar grupos para a formação de cooperativas ou produção associativa. A Agência de Desenvolvimento Comunitário – ADS – criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores – CUT – em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Brasileiro Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese – também são vistas como iniciativas pioneiras de economia solidária criadas no Brasil (SINGER, 2002). Na Bahia, as primeiras experiências de economia solidária estão vinculadas aos grupos formados a partir de 2001 pela ITCP da Universidade Estadual da Bahia.

Nesse contexto, afirma Teixeira (2010), que desde 1994 é possível verificar uma série de acontecimentos relacionados à economia solidária. Eles estão ilustrados no Quadro 1, a seguir:

1994		Criação da Anteag
1995		Criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - COPPE - UFRJ)
1996	Jun	Artigo de Singer na Folha de São Paulo (“Economia solidária contra o desemprego”)
	out/nov	Eleições Municipais
		Criação da ADS – CUT
1998		Filiação da Rede Universitária de ITCPs à Unitrabalho
	out/nov	Eleições Presidencial e Estaduais - Olívio Dutra eleito governador do RS
2000		Publicação do livro “Economia Solidária no Brasil” organizado por Paul Singer e André Ricardo de Souza
	Jun	Criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES)
2001	Jan	I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS
		Criação da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária
		Publicação do livro “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer
2002	Jan	II Fórum Social Mundial
	Out	I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo (elaboração da “Carta ao Governo Lula”)
		Eleições estaduais e presidencial Eleição de Lula para presidente
2003	Jan	III Fórum Social Mundial
		Publicação do livro “A Outra Economia” (lançamento durante o III FSM)
		II Plenária Nacional de Economia Solidária (durante o II FSM) Anúncio Público da criação da SENAES (durante o II Plenária Nacional de Economia Solidária) e de Singer como seu titular
Mai	Plenária Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro	

Jun	Posse de Singer como titular da SENAES III Plenária Nacional de Economia Solidária Criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (durante a III Plenária Nacional)
2004	Criação dos Fóruns estaduais de economia solidária Desenvolvimento da pesquisa Empreendimentos Solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
2005	Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil
2006 Jun	I Conferência Nacional de Economia Solidária Lançamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) Lançamento do Atlas da Economia Solidária no Brasil

Quadro 1 - Breve cronologia dos principais acontecimentos na Economia Solidária no Brasil

Fonte: Teixeira (2010, p. 124).

Desde 2003, além do governo federal, prefeituras e governos estaduais vêm desenvolvendo políticas públicas de cunho emancipatório, não apenas com objetivo de promover a inclusão social, mas também a organização econômica e a conscientização política em bases sustentáveis. A incorporação da Economia Solidária como elemento estratégico destas políticas tem contribuído para o seu aprimoramento (GOMES, 2010). Para Gomes (2010, p. 8)

a economia solidária como política pública promove a distribuição da riqueza, a transformação das relações de trabalho e a organização econômica e social do país. Como movimento social, reivindica a democratização do Estado e da economia, buscando influenciar as diretrizes programáticas de partidos políticos, que uma vez assumindo a gestão do Estado, passam a implementar uma série de políticas de apoio a geração de trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Solidária.

Para Gomes (2010) a política de Economia Solidária deve fomentar na sociedade o debate sobre o modelo de organização econômica vigente. Para a autora, uma política pública de Economia Solidária deve ter como beneficiários coletivos de pessoas, e não indivíduos isolados. E o seu principal objetivo deve ser a disseminação do ideal da organização coletiva e apoio a processos de desenvolvimento local sustentável que demonstrem na prática a sua viabilidade econômica e social

3. A política pública de economia solidária no estado da Bahia

No Estado da Bahia, a Economia Solidária também foi um tema em foco nos últimos anos, através dos movimentos sociais, do Fórum Baiano de Economia Solidária e das entidades de apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Contudo, a formulação de

políticas públicas de apoio e fomento é um processo recente que se desencadeou no início do Governo do petista Jacques Wagner, em 2007. Muito embora, a criação deste conjunto de políticas, tenha sido resultado de uma manifestação do Fórum Baiano de Economia Solidária, através de uma carta ao governador, logo que eleito, representando um importante passo dos movimentos sociais baianos.

Para contextualizar o processo de institucionalização da política estadual de economia solidária e a criação de uma estrutura específica para a execução de suas ações, em dezembro de 2006, a Assembléia Legislativa da Bahia decretou a criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL, no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE.

A criação desta instância governamental, com o objetivo de executar as ações de apoio e fomento à economia solidária dentro da estrutura de uma secretaria do trabalho, foi um marco em relação à ampliação das políticas estaduais de trabalho. A partir daí, é possível depreender que o direcionamento desta política, numa perspectiva de geração de renda, através da organização coletiva e solidária dos trabalhadores baianos, como uma alternativa para o enfrentamento da crise do trabalho e emprego.

Neste contexto, a Superintendência de Economia Solidária foi organizada com uma estrutura administrativa contando com uma equipe de 55 técnicos, divididos em três coordenações, a saber: Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias, Coordenação de Fomento à Economia Solidária e Coordenação de Formação e Divulgação de Economia Solidária. A cada uma delas foi designada a execução e acompanhamento das ações do Programa Bahia Solidária.

Este Programa foi estruturado com 12 ações, através das quais deveria apoiar a divulgação e o fomento à economia solidária; o acesso ao micro crédito produtivo aos trabalhadores/as; a promoção de ações de formação, a organização e sustentabilidade de empreendimentos; a discussão da implementação de um marco jurídico específico para a economia solidária, através da formatação do projeto de lei que cria a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia, e a formação de um Conselho Estadual de Economia Solidária. A elaboração destas ações se deu, em 2007, através de um processo que abrangeu pesquisas sobre políticas públicas de economia solidária executadas no Brasil, visitas a Estados e municípios que já desenvolviam ações públicas neste segmento e a participação em seminários. A partir de 2008, o referido programa passou a ter dotação orçamentária no exercício do Plano Plurianual (PPA), de 2008 – 2011, sendo parte dos

recursos para execução do mesmo, repassados pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado – FUNCEP.

Para fins de análise, o artigo lança mão do exemplo de uma das ações da Política Pública de Economia Solidária no Estado da Bahia, integrante do já citado Programa Bahia Solidária: a Incubadora Pública Estadual de Economia Solidária. Vale ressaltar que o planejamento da ação envolveu a participação de atores locais e territoriais, através da formação de comitês, realização de debates com prefeituras, representantes de empreendimentos e entidades apoiadoras.

A atuação da Incubadora Pública Estadual tem como linha de trabalho a incubação de incubadoras, ou seja, o assessoramento de entidades de apoio e fomento à economia solidária, no tocante às questões metodológicas, técnicas e gerenciais durante determinado período de tempo. Além disso, tem como papel fomentar a criação de redes de economia solidária por meio de articulações interinstitucionais para a melhoria da produção e ampliação dos espaços de comercialização dos grupos envolvidos.

Desta forma, para alcançar os objetivos deste projeto estabeleceu-se que a sua realização seria através de dois focos: atuação através do fomento à implantação e implementação de incubadoras universitárias temáticas, territoriais, e o apoio à criação de redes de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A equipe técnica, multidisciplinar, é composta por instrutores nos campos da contabilidade, administração, direito e psicologia. O trabalho realizado por esta equipe pretende dar subsídios para criação e aperfeiçoamento de metodologias e instrumentos que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e mecanismos de sustentabilidade dos grupos incubados, bem como o monitoramento das atividades e dos indicadores de incubação, avaliação dos resultados, sistematização e disseminação desta tecnologia através da promoção de encontros entre as incubadoras implantadas e apoiadas.

No ano de 2008, a SETRE/SESOL lançou um edital de apoio às incubadoras de empreendimentos solidários para continuação do trabalho das já existentes e para implantação de novas. Para tanto, foram realizados convênios com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI) e o Instituto Mauá, direcionando recursos para as entidades proponentes que tiveram seus projetos aprovados. Vale ressaltar o diferencial do edital lançado, no que tange a investimentos diretos nos empreendimentos econômicos solidários, mudando a perspectiva histórica de apoio do

Programa Nacional de Incubadoras Universitárias (PRONINC), de apoio exclusivo as incubadoras universitárias.

Foram recebidos projetos de incubadoras de todo estado da Bahia, e dentre estas, 19 propostas foram aprovadas, sendo, 3 temáticas artesanais (Mauá), 8 universitárias, 6 territoriais e 2 temáticas. Com isso, 66 empreendimentos solidários passaram a ser assessorados e 2.606 pessoas beneficiadas indiretamente.

Em meados de 2009, foram realizadas as visitas técnicas previstas no edital, inicialmente às incubadoras universitárias, que receberam primeiro parte do recurso. No final do mesmo ano, o valor remanescente de todas as modalidades de incubadoras foi repassado, assim como foram realizadas as visitas as incubadoras territoriais e temáticas. Além das visitas as incubadoras, em novembro de 2009, a Incubadora Pública Estadual promoveu um encontro de formação da equipe técnica das incubadoras apoiadas, durante uma semana, onde as entidades puderam apresentar suas experiências, trocar saberes e discutir metodologias de trabalho.

Algumas experiências visitadas nesta primeira etapa do projeto merecem ser citadas, a exemplo da ECOREDES, incubada pela UFBA, que tem como característica principal o desenvolvimento comunitário através do fortalecimento de redes de empreendimentos solidários. Esta rede é composta por banco comunitário, associação, cooperativa, horta comunitária e centro de desenvolvimento, situada em três comunidades que se localizam em bairro periférico de Salvador, na região metropolitana, mais precisamente em Simões Filho e na Ilha de Vera Cruz, localidades espacialmente distantes do acesso a políticas públicas de melhorias para sua população. Desta forma, as potencialidades econômicas e culturais circulam dentro da própria comunidade proporcionando seu desenvolvimento local. Vale ressaltar que a UFBA já desenvolvia este trabalho, e, com o ingresso deste recurso, pôde ampliar suas atividades e trazer mais subsídios para os empreendimentos incubados.

Já com relação à segunda linha de trabalho, a Incubadora Pública Estadual tem como função fomentar e incubar a constituição e funcionamento de redes, sendo a gestão interna de responsabilidade daqueles que fazem parte de cada rede, tendo em vista características como descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. No âmbito da Incubadora Pública Estadual, o primeiro apoio à rede está sendo realizado através da incubação da rede de alimentação SABER E SABOR SOLIDÁRIO. As atividades já realizadas foram: reunião com os grupos selecionados para planejamento das ações,

articulação de uma visita da Agência de Vigilância Sanitária ao espaço de comercialização da SETRE, articulação com o SENAC para ministrar Curso de Boas Práticas e Manipulação de Alimentos, oficina de formação de preço com instrutor contábil da Incubadora Estadual, oficina de microcrédito-produtivo orientado com agentes do CREDIBAHIA, oficina de planejamento e oficina de Publicidade com a publicitária da Coordenação de Formação e Divulgação da SESOL.

As atividades formativas da incubação representam um processo de construção conjunta das competências individuais e coletivas em que, ao lado do conteúdo programático regular, representam um “aprender fazendo”, propiciando vivências concretas de gestão do empreendimento econômico solidário em suas diversas faces, tendo em vista a consolidação e a emancipação dos empreendimentos autogestionários.

4. Considerações finais

O artigo procurou apresentar as relações estabelecidas entre economia solidária e políticas públicas no Brasil, retratando a experiência da política pública de economia solidária na Bahia e o caso da Incubadora Pública na Bahia. Acredita-se que o exemplo apresentado é um caso de inserção do pleito de um coletivo social no escopo da política governamental.

Contudo, a formalização da Economia Solidária pelo Estado, em sua estrutura, não é sinônimo de reconhecimento por seu corpo funcional; e a implementação de uma Superintendência não é, por si só, suficiente para atendimento dos anseios dos ativistas solidários. A novidade e o pioneirismo, assim, trazem consigo um conjunto de limitações e desafios, causando impactos diretos no planejamento, execução, avaliação e resultados da política governamental.

Algumas dificuldades de execução orçamentária estão diretamente vinculadas à inexistência de marco legal da Economia Solidária, que serviria como balizador formal e conceitual desta perspectiva para gestores públicos. Projetos de mobilização de recursos não conseguem aprovação pelo corpo jurídico do governo, sob alegação de que os associados dos empreendimentos populares não têm capacidade de gestão de recursos públicos. Um panorama de tensões e conflitos, com vigência de fortes entraves e amarras para o atendimento das classes populares.

Neste escopo, torna-se imperativa a reflexão acerca do binômio tempo-espaço: num estado com a amplitude territorial da Bahia, com 417 municípios, 26 territórios de identidade, cerca de 13 milhões de habitantes, como estabelecer as prioridades e os atendimentos no

âmbito da política pública? Como lidar com o tempo dos trâmites burocráticos e a tempestividade do tempo dos grupos produtivos? E mais, de que forma construir, sistematizar e repassar os saberes num contexto diretamente afetado pela brevidade da gestão governamental? Hoje a Economia Solidária no estado da Bahia é uma política de governo e não de estado. Outro ponto: como lidar com a transitoriedade das equipes, formadas por técnicos qualificados, mas em condições fragilizadas de trabalho?

Limitadores, no campo da gestão, se impõem, a exemplo das ausências e/ou a falta de referência na construção de metodologia e de indicadores participativos no campo estatal, de mecanismos de monitoramento, avaliação e sistematização das práticas, sem a perda da subjetividade. Afinal, como mensurar dados, aspecto afim da ação estatal, sem perder a humanidade, eixo central da Economia Solidária?

Por fim, lidar cotidianamente com a complexidade é um dos grandes desafios que acompanham a Superintendência de Economia Solidária do Governo da Bahia. A combinação da necessidade de efetividade, eficiência e eficácia com o atendimento da demanda do movimento social, aliada aos tempos e trâmites burocráticos do Estado permite a visualização de cenário essencialmente híbrido e, por vezes, ambivalente. Um contexto em que o conflito das relações sociais é convertido em novos exercícios políticos, que garantem a experiência de cidadania num quadro de institucionalidade.

Em relação ao fortalecimento do movimento de economia solidária, com o desenvolvimento da política pública no estado, pode-se afirmar, a partir desse caso, que o movimento é bastante fortalecido, na medida em que há a transferência de recursos públicos para o desenvolvimento das ações de incubação, entre outras ações englobadas pelo programa estadual. Contudo, a reflexão sobre as dificuldades no atendimento às demandas do movimento mostra os limites dessas ações, e coloca um grande desafio ao setor público, no que se refere à efetividade de suas ações.

5. Referência Bibliográfica

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 26 ago. 2006.

GOMES, Fabiana Pereira; KLEIN, Maurício José. Políticas Públicas de Economia Solidária. **Programa de formação em Economia Solidária promovido pelo projeto Casa Brasil**, módulo 6. Casa Brasil: Brasília. Disponível em: . Acesso em 20 ago. 2010.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata? **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre Brasil, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A ‘outra economia’: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária**. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRJ/ Museu Nacional, Rio de Janeiro.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006

SEI (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA). **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2004. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/sep/index_sep.php. Acesso em: 21 jun. 2005.

SINGER, Paul. **Um utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção Economia).

SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

TEIXEIRA, Luiza Reis. **A ideologia política na economia solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador**. São Paulo: Hucitec, 2010.

TEIXEIRA, Luiza R.; MOURA, Maria Suzana; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina; SILVA, Manuela Ramos. **Gestão de Empreendimentos Solidários – Construindo Novos Referenciais Teóricos**. In: **II Encontro Internacional de Economia Solidária**. São Paulo: NESOL, 2004. V. 1, s/p.